

Autora: Sharon Treat, Institute for Agriculture and Trade Policy, dezembro 2020 – www.iatp.org

Acordo UE-Mercosul: Aumentando o Uso de Agrotóxicos e OGMs, e Enfraquecendo a Produção de Alimentos Saudáveis e as Normas

Enquanto a União Europeia promete políticas “Do Prado ao Prado” de última geração, com regras mais estritas para os agrotóxicos em seus próprios países, seu apoio ao [Acordo de Livre Comércio \(ALC\)](#) UE-Mercosul promove políticas que exploram as políticas ambientais e sanitárias mais permissivas de seus parceiros comerciais. Essa duplicidade expõe mais as populações vulneráveis e o meio ambiente a substâncias tóxicas e prejudica a transição para uma agricultura mais sustentável, tanto na UE quanto nos países do Mercosul. Com base nas informações disponíveis, se ratificado, o acordo entre a UE e o Mercosul:

- > Aumentará as exportações de agrotóxicos perigosos da UE para os países do Mercosul
- > Promoverá um aumento das violações de direitos humanos relacionadas aos agrotóxicos
- > Estimulará a aprovação e o plantio de cada vez mais culturas geneticamente modificadas (transgênicas) dependentes de agrotóxicos
- > Irá expor o setor de agricultura orgânica e agroecológica ao risco de prejuízos econômicos nos países do Mercosul, ao mesmo tempo em que prejudicará as políticas alimentar, ambiental e de saúde pública no futuro, tanto na UE quanto no Mercosul

EXPORTAÇÕES QUÍMICAS PERIGOSAS

O comércio de produtos químicos entre a UE e o Mercosul vale atualmente 6,3 bilhões de euros anuais. O TLC UE-Mercosul reduziria ou eliminaria mais de 90% das tarifas existentes sobre produtos químicos, algumas das quais hoje chegam a 18%. A [indústria química](#) europeia apoia firmemente a ratificação do acordo, acreditando que tarifas substancialmente menores permitirão um “crescimento contínuo” das exportações de seus produtos químicos para os países do Mercosul. A [Avaliação de Impacto da Sustentabilidade \(AIS\)](#) da Comissão Europeia coincide, ao prever um aumento de 47,6% nas exportações da UE para o Mercosul no setor de produtos químicos, borracha e plásticos, mesmo no cenário econômico mais conservador (Tabela 8/34), com aumentos de 60,2% em um cenário “ambicioso” (Tabela 10/36).¹ Ao mesmo tempo, as alíquotas sobre a importação das culturas dependentes de agrotóxicos cultivadas no Mercosul também serão reduzidas, aumentando a probabilidade de maior uso de agrotóxicos à medida que seu cultivo aumentará para atender à demanda crescente. Por exemplo, as tarifas sobre a cana de açúcar utilizada para a produção de etanol serão reduzidas a zero, e as [tarifas sobre o próprio etanol](#) serão reduzidas significativamente.

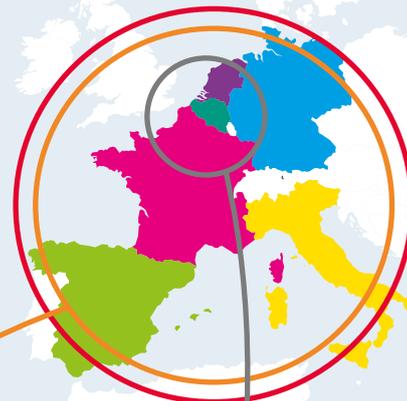
Como a União Europeia reforçou suas restrições internas aos agrotóxicos, as empresas químicas europeias têm tirado pleno proveito das leis que permitem a exportação de produtos químicos proibidos na União Europeia para países com padrões mais permissivos. Ao reduzir o custo de produtos químicos importados pelo Mercosul, o acordo incentiva a indústria química europeia a prosseguir com esse comércio lucrativo. De acordo com um [relatório de 2019](#) do ex-presidente da Associação Brasileira para a Reforma Agrária, [44% das substâncias](#) registradas no Brasil são proibidas na UE. [Dados recentes](#) mostram que 71 dos 113 produtos da BASF aprovados no Brasil são agrotóxicos altamente perigosos e que 57 destes não têm registro para uso na UE. Dos 123 produtos da Bayer aprovados no Brasil, 78 são agrotóxicos altamente perigosos e 36 não são aprovados na UE. Dentro do Mercosul, o Brasil tem um [setor químico próspero](#), o oitavo maior do mundo, representando 10% da economia nacional. Zerar as [tarifas sobre insumos químicos](#) para a síntese de agrotóxicos também poderá aumentar a produção no Brasil de agrotóxicos de alto risco.



Tiago Fiorzani



No total, os países membros da UE aprovaram a exportação de 10.945 toneladas de agrotóxicos contendo substâncias proibidas para uso em cultivos europeus para a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em 2018, e 13.667 toneladas em 2019.²



Exportações da UE de agrotóxicos proibidos nos países europeus para o Mercosul em 2019, em toneladas

Fonte: Martin Grandjean / Public Eye / Unearthed

As substâncias perigosas proibidas na UE, mas exportadas em grandes volumes para países do Mercosul, incluem paraquat (toxicidade aguda em pequenas doses, afeta o sistema respiratório, causa problemas reprodutivos, aumenta o risco do mal de Parkinson, usado na soja, no milho e no algodão); cianamida (suspeito de ser tóxico para a reprodução humana e de ser cancerígeno em humanos, usado na uva, inseticida usado no controle de moscas de esterco); picoxistrobina (cancerígeno, também tóxico para peixes, usado na soja); e propargite (carcinógeno; usado em laranjas).

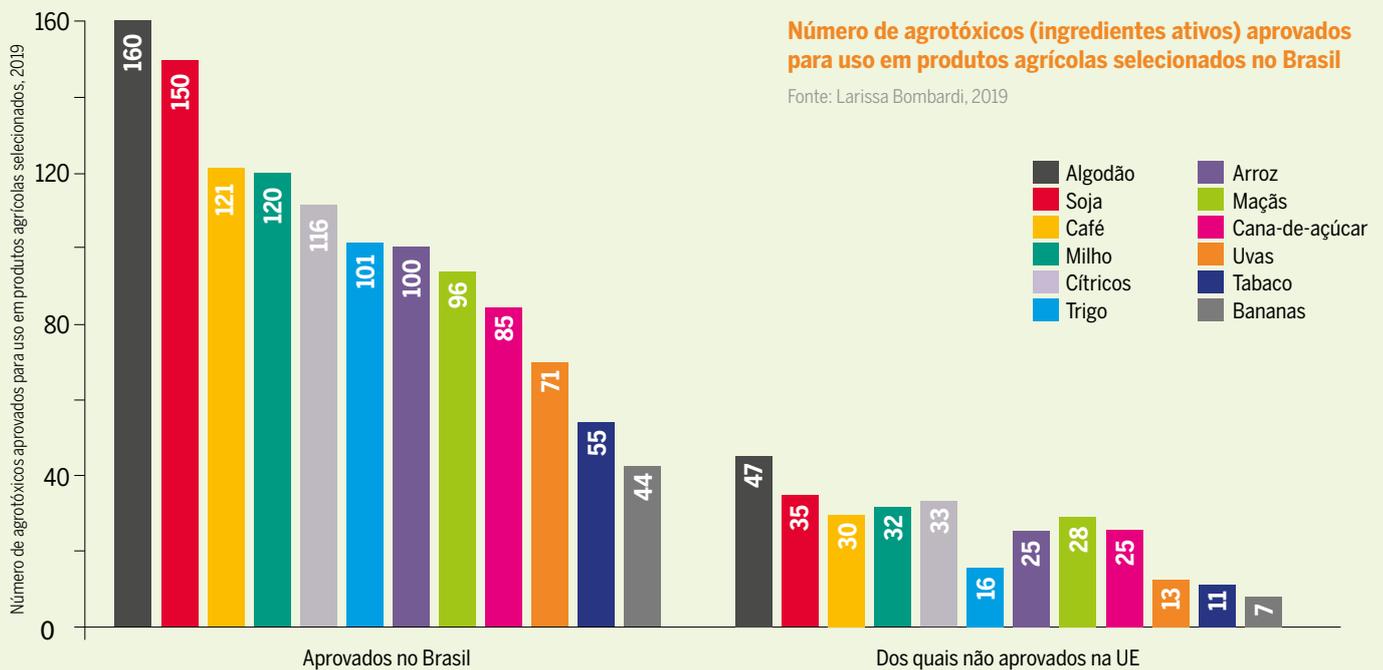
“Essas brechas são uma concessão política à indústria, que permite que fabricantes de produtos químicos lucrem com trabalhadores e comunidades que inevitavelmente serão envenenados no exterior, enquanto importam produtos mais baratos através de cadeias de fornecimento globais e alimentam padrões insustentáveis de consumo e produção. Há muito tempo que os estados já deviam ter parado com esta exploração”.

Baskut Tuncak, quando era Relator Especial da ONU sobre Direitos Humanos e Substâncias e Resíduos Tóxicos, em [carta](#) assinada por 36 especialistas em direitos humanos da ONU³

A prática da exportação de agrotóxicos proibidos pela UE foi [denunciada](#) como violação de direitos humanos por 36 relatores e especialistas das Nações Unidas no campo de direitos humanos, em julho de 2020. Em resposta à pressão pública, incluindo uma carta de [70 ONGs](#) e outra assinada por membros do Parlamento Europeu, a nova [Estratégia para a Sustentabilidade com os Produtos Químicos](#), lançada pela Comissão Europeia, afirma que a UE “dará o exemplo e, em conformidade com os compromissos internacionais, garantirá que os produtos químicos perigosos proibidos na União Europeia [não sejam produzidos para a exportação](#), inclusive alterando a legislação aplicável, se e conforme necessário”. No entanto, a indústria europeia de agrotóxicos já está fazendo lobby contra a implementação da estratégia proposta. A CropLife International, poderosa associação das transnacionais agroquímicas, [se opôs imediatamente](#) ao fim das exportações de agrotóxicos proibidos pela União Europeia, dizendo que “um tamanho não serve a todos” (ou seja, cada caso é um caso). O [Conselho Europeu da Indústria Química](#) recomendou a realização de “avaliações de impacto detalhadas e rigorosas” sobre a proposta – efetivamente protelando a adoção da estratégia.

ENVENENAMENTOS POR AGROTÓXICOS E ABUSOS DE DIREITOS HUMANOS

O Brasil é o maior comprador anual no mundo de [agrotóxicos altamente perigosos](#), aqueles que contêm ingredientes ativos com extrema toxicidade aguda e com impactos crônicos negativos para a saúde humana e o meio ambiente. Somente em 2019, o governo de Jair Bolsonaro aprovou o uso de [474 novos agrotóxicos](#) – o maior número em 14 anos. A Argentina também é um [grande consumidor de agrotóxicos](#), tendo usado 240.000 toneladas do herbicida glifosato em 2018, principalmente para a cultura da soja. Há estudos que relacionam aumentos significativos da incidência de câncer, abortos espontâneos e [defeitos congênitos de nascença](#) em comunidades agrícolas argentinas com a contaminação pelo glifosato. O [Relator Especial da ONU](#) sobre o direito à alimentação levantou preocupações sobre a excessiva dependência a agrotóxicos na agricultura argentina, que estaria comprometendo a segurança alimentar e a saúde e segurança dos trabalhadores.



No Brasil, a professora Larissa Mies Bombardi, da Universidade de São Paulo, estima que cerca de [17.000 bebês](#) entre o nascimento e 12 meses de vida sofreram intoxicações agudas por agrotóxicos entre 2007 e 2014 – apesar dos dados oficiais relatarem apenas 343 intoxicações. Um [Relatório da ONU sobre direitos humanos](#) de 2020 afirmou: “O uso maciço de agrotóxicos está causando graves impactos nos direitos humanos no Brasil... As vítimas denunciam, com razão, mortes, problemas de saúde, assim como um tratamento cruel, desumano e degradante resultante da exposição a agrotóxicos. A degradação ambiental, com a contaminação da água e a perda da biodiversidade, inclusive de abelhas, são efeitos graves.”⁴. Em um [caso marcante](#) que ilustra as práticas agrícolas rotineiras no país, o Conselho de Direitos Humanos da ONU encontrou violações dos direitos humanos no Paraguai, onde os camponeses foram repetidamente encharcados com agrotóxicos, resultando em mortes e doenças, além da terra e água contaminadas.



“A exposição crônica aos agrotóxicos também é muito comum entre as crianças da América Latina. As vias de exposição crônica incluem a deriva dos campos pulverizados, a persistência nas casas pulverizadas e a contaminação da água ou dos alimentos. As crianças latino-americanas sofrem uma exposição ocupacional aos agrotóxicos porque representam boa parte da força de trabalho agrícola e começam a trabalhar em tenra idade.”⁵

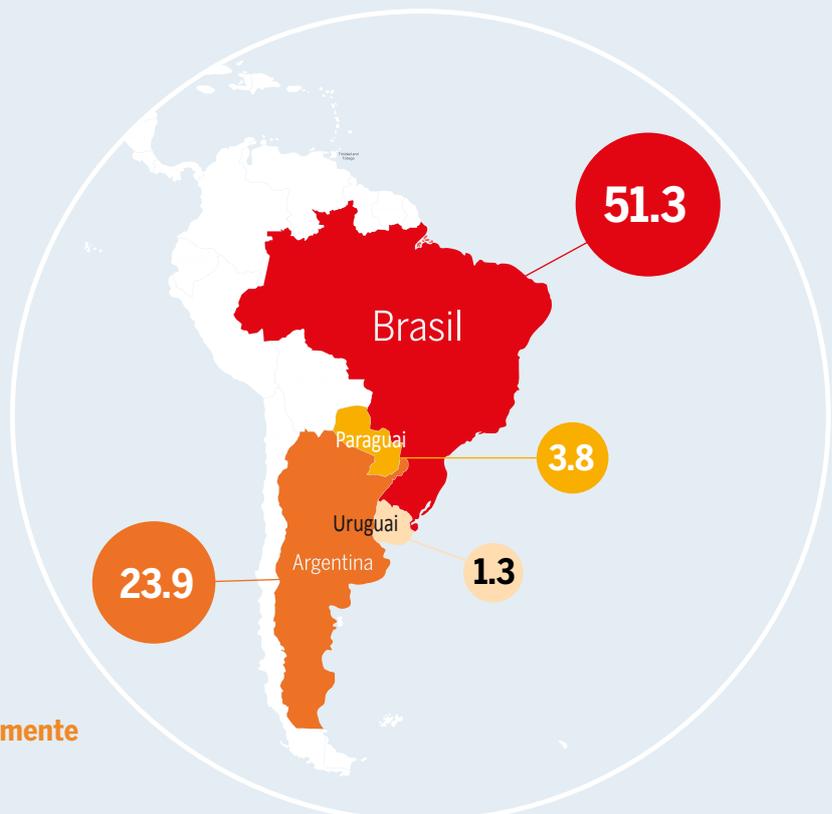
Dra. Amalia LaBorde, Faculdade de Medicina, Universidade da República do Uruguai

O TLC UE-Mercosul ampliará tanto o cultivo de culturas dependentes ao uso de agrotóxicos quanto o comércio de agrotóxicos, e corre o risco de contribuir para futuras violações dos direitos humanos. A [Avaliação do Impacto da Sustentabilidade](#) da Comissão Europeia não trata adequadamente desses impactos. Por um lado, a AIS documenta a intensificação do uso de agrotóxicos em todos os países do Mercosul nas últimas duas décadas, incluindo o uso dos não autorizados, enquanto a Europa vem diminuindo seu uso (Figura 23/83). A AIS também reconhece o relaxamento de normas ambientais e sua fiscalização nos países do Mercosul, citando um Índice de Desempenho Ambiental de 2016 que classifica os países do Mercosul bem abaixo dos países europeus, com a Argentina em 43º lugar mundial, seguida pelo Brasil em 46º, o Uruguai em 65º e o Paraguai em 82º lugar (Figura 15/71). A AIS observa impactos negativos sobre os povos indígenas, relatando que as [comunidades Mapuche](#) na Argentina têm estado “sujeitas a importantes problemas de saúde, incluindo impactos do aumento do uso de agroquímicos na região do Gran Chaco, bem como a produção da monocultura de soja, que levou à poluição do ar, do solo e de água locais”. Além disso, o modelo econômico da AIS prevê um “aumento da produção em alguns setores agrícolas nos países do Mercosul” e reconhece que a expansão agrícola “ameaça a saúde indígena com o aumento do uso de agrotóxicos na intensificação da agricultura” (a 166). No entanto, a AIS ignora suas próprias observações, e “não prevê um aumento no uso e contaminação da água ou uma intensificação do uso de agrotóxicos” em decorrência do acordo, partindo do princípio que a expansão da produção agrícola será “pequena” (a 166).

PREJUÍZOS À PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NOS PAÍSES DO MERCOSUL



O Brasil está [atrás apenas dos Estados Unidos](#) em área plantada com culturas geneticamente modificadas (51 milhões de hectares), que incluem soja, milho, algodão e cana-de-açúcar. A Argentina também cultiva soja, milho e algodão transgênicos (23 milhões de hectares) e é o terceiro maior produtor de culturas biotecnológicas por área, cultivando 12% da área total de lavouras transgênicas do mundo. Com a exceção do Uruguai, todos os países do Mercosul estavam entre os 6 primeiros países em áreas cultivadas com culturas geneticamente modificadas em 2018.



Áreas cultivadas com culturas geneticamente modificadas em 2018

Fonte: Insect Atlas 2020

Todos os estimados 18 milhões de hectares de soja plantados para a temporada 2018/2019 na Argentina são de soja tolerante ao glifosato (Roundup Ready). Hoje, [60% do biodiesel de soja do mundo](#), e mais de 40% da produção mundial de óleo de soja e farelo de soja, tem origem na Argentina. Com a retirada gradual do [biodiesel do óleo de palma](#) (dendê) na UE, a região está pronta para expandir sua produção de soja e cana-de-açúcar para atender à demanda dos consumidores europeus.

A expansão dessas culturas pode trazer prejuízos econômicos para o crescente setor orgânico e agroecológico nos países do Mercosul. A contaminação por deriva genética e de agrotóxicos é um fenômeno corriqueiro e [ameaça os meios de vida tradicionais na agricultura](#). Como resultado tanto da contaminação direta por OGMs quanto do excesso de resíduos de glifosato, as importações alemãs do mel do Uruguai passaram de 90% das exportações desse país em 2008 para apenas [15% do mel uruguaio](#) exportado em 2017. Vinte e oito por cento do mel argentino já contém o pólen geneticamente modificado da soja, [prejudicando a exportação e a venda](#) do produto. A [Argentina](#) tem a maior área cultivada organicamente na América do Sul, com mais de 4 milhões de hectares sob produção orgânica. O [Uruguai](#) tem aproximadamente 500 fazendas orgânicas operando no país, sendo que a produção orgânica ocupa 5,1% de suas terras cultiváveis. No [Paraguai](#), enquanto a área de terra cultivada organicamente é pequena, 90% das aproximadamente 3.490 fazendas orgânicas são operadas por pequenos agricultores. Os mercados de alimentos orgânicos, cosméticos e têxteis do [Brasil](#) também estão em expansão, e geraram cerca de US\$ 872 milhões em 2017. Houve um aumento significativo no número de produtores registrados de alimentos orgânicos nos últimos anos, de 6.700 em 2013 para 17.075 em 2017. Setenta por cento destes são pequenos agricultores familiares.

PRESSÃO PARA AS AGÊNCIAS REGULADORAS APROVAREM TRANSGÊNICOS MAIS RAPIDAMENTE

Os dispositivos no acordo UE-Mercosul referentes ao diálogo sobre biotecnologia agrícola visam acelerar as aprovações de OGMs e permitir um baixo nível de sua presença nos alimentos e plantações – em outras palavras, permitir uma maior contaminação genética nas importações. O [artigo 4](#) do Capítulo sobre Diálogos procura abordar “autorizações assíncronas de organismos geneticamente modificados a fim de minimizar possíveis impactos no comércio” e “presença de baixo nível de OGMs não autorizados pela Parte importadora, porém autorizados pela Parte exportadora”. Essa disposição estimula os reguladores tanto na UE quanto nos países do Mercosul a adotarem a norma menos protetora. Se o país exportador permitir níveis mais altos de contaminação, então o país importador será estimulado a fazer o mesmo.

Em comparação com vários países do Mercosul, a UE tem [um processo mais lento e deliberado](#) para a aprovação de OGMs.⁶ Atualmente, a UE permite a [presença não intencional de OGMs](#) em alimentos para o consumo humano e animal no “nível tecnicamente inevitável de 0,9% ou menos”, o que representa uma mudança recente de sua política anterior de tolerância zero. A Argentina foi o segundo país do mundo a aprovar a soja transgênica e recentemente se tornou o primeiro a aprovar o [trigo transgênico](#). O Paraguai também está enveredando pelo caminho desregulador, adotando [“procedimentos de simplificação”](#) que permitem a autorização de OGM já aprovados pelo Brasil, Argentina e outros países. O capítulo de diálogos, que omite o princípio de precaução e se baseia em consultas de bastidores facilmente influenciadas por lobistas das empresas, pode pressionar a UE a flexibilizar seu próprio processo de aprovação de transgênicos. Dada sua grande dependência das lavouras transgênicas e suas [queixas já apresentadas](#) à Organização Mundial do Comércio sobre as políticas de transgênicos da UE, é razoável esperar que a Argentina e o Brasil utilizem essas cláusulas para [alavancar uma agenda desreguladora](#).

A AMEAÇA ÀS METAS AMBICIOSAS DA ESTRATÉGIA “PRADO AO PRATO” PARA OS AGROTÓXICOS

O acordo UE-Mercosul é inconsistente com a recém-anunciada [Estratégia “Do Prado ao Prato”](#) da UE, que visa reduzir drasticamente o uso de agrotóxicos e proibir completamente qualquer resíduo em alimentos de agrotóxicos não registrados para uso na UE. As empresas de agrotóxicos e parceiros comerciais têm [pressionado a UE](#) a permitir substâncias proibidas em culturas importadas, e o TLC do Mercosul irá aumentar essa pressão, dado o predomínio de agrotóxicos proibidos na região. As metas de resíduos propostas já se mostram suscetíveis às pressões políticas e ao lobby das grandes empresas. A política foi questionada em razão da segurança alimentar, pelo Comissário da Agricultura da EU Janusz Wojciechowski, mas o lobby do agronegócio e da indústria química conseguiu [eliminar os principais dispositivos](#) que alinhavam a Política Agrícola Comum com essas reformas da política de agrotóxicos.

Para mais informações e uma lista completa de fontes, veja <https://eu.boell.org/EU-Mercosur-FTA> e <https://iatp.org>

¹ LSE Consulting. “Sustainability Impact Assessment in Support of the Association Agreement Negotiations between the European Union and Mercosur.” Julho 2020. <https://www.lse.ac.uk/business-and-consultancy/consulting/consulting-reports/sia-in-support-of-the-association-agreement-negotiations-between-the-eu-and-mercocur> (último acesso: 24 novembro 2020).

² Laurent Gaberell e Géraldine Viret. “Banned in Europe: How the EU exports pesticides too dangerous for use in Europe.” *Public Eye*. Setembro 2020. <https://www.publiceye.ch/en/topics/pesticides/banned-in-europe> (último acesso: 27 outubro 2020) Ver planilha.

³ Baskut Tuncak. Comunicado. 9 Julho 2020. https://www.linkedin.com/posts/baskut_states-must-stop-exporting-toxics-to-poorer-activity-6695376195745300480-1D8i (último acesso: 27 outubro 2020).

⁴ Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. “Visit to Brazil, Report of the Special Rapporteur on the implications for human rights of the environmentally sound management and disposal of hazardous substances and wastes.” Versão não revisada. 17 Set 2020. Acesso no site da ONU: <https://www.ohchr.org/EN/Issues/Environment/ToxicWastes/Pages/Visits.aspx> Comunicado: <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=25434&LangID=E>. Ver também: Human Rights Council Report on Brazil and Pesticides, julho 2018: <https://www.hrw.org/report/2018/07/20/you-dont-want-breathe-poison-anymore/failing-response-pesticide-drift-brazil>, atualizado em novembro 2019: <https://www.hrw.org/news/2019/11/06/brazilians-poisoned-pesticides-sprayed-near-homes-and-schools>

⁵ Amalia LaBorde et al. “Children’s Health in Latin America: The Influence of Environmental Exposures.” *Environmental Health Perspectives*. Vol. 123, nº 3. (março 2015). <https://ehp.niehs.nih.gov/doi/pdf/10.1289/ehp.1408292> (omitidas as citações internas no trecho citado).

⁶ Site da Library of Congress (sem data), Restrictions on Genetically Modified Organisms: European Union, <https://www.loc.gov/law/help/restrictions-on-gmos/eu.php>, último acesso: 8 novembro 2020.